

## Declaração de Evento (*White Paper Event*)

### Tipo de Evento

Sessão Especial Online

### Tema

Política da Água em Portugal: Que Visão Estratégica para o Futuro?

### Data e Local

07/10/2020 – online na plataforma Zoom, transmitido em direto no facebook/youtube

### Objetivo

Promover a discussão da visão estratégica da Política da Água em Portugal.

### Resumo do Evento

O evento consistiu numa sessão pública (participação gratuita, mas sujeita a inscrição prévia), enquadrada no 15º Congresso da água, que contou com os oradores convidados Susana Neto (Presidente da APRH), José Pimenta Machado (Vice-Presidente da APA) e Jaime Melo Batista (Presidente da LIS-Water) e que integrou uma apresentação de um vídeo com entrevistas a três especialistas: Rui Cortes (UTAD), Rodrigo Maia (FEUP) e Poças Martins (OERN). A moderação ficou ao cargo de Eduardo Vivas (Presidente do Núcleo Regional do Norte da APRH).

Com o tema “Política da Água em Portugal: Que Visão Estratégica para o Futuro?”, esta sessão promoveu a discussão sobre a estratégia da Política da Água em Portugal, abordando um conjunto de desafios que atualmente se colocam e projetando diversos cenários futuros.

### Estatísticas do Evento

- 190 participantes (12 representantes de associações, 24 associados coletivos, 1 associado estrangeiro, 10 associados estudantes, 53 associados singulares, 79 inscrições gerais e 10 inscrições afetas à organização)
- 239 visualizações da gravação (60 no youtube e 179 no facebook)
- Meios de divulgação: APRH - mailing list, newsletters, site e facebook

### Organização

Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH):

- Susana Neto (Presidente da Comissão Diretiva da APRH);
- Eduardo Vivas (Presidente do Núcleo Regional do Norte da APRH)
- Jorge Cardoso Gonçalves (Membro da Comissão Organizadora do 15º Congresso da Água).

### Intervenção dos Oradores

A abertura da sessão foi realizada pela Presidente da Comissão Diretiva da APRH, Susana Neto, apresentando a comissão organizadora, o programa do evento e os respetivos oradores e entrevistados convidados. Susana Neto iniciou a sessão com uma breve introdução ao tema na qual mencionou cinco questões-chave sobre a Política da Água em Portugal e os contributos da APRH: 1) Política da Água; 2) Contexto Regional; 3) Enquadramento Institucional; 4) Quadro participativo; e 5) Transversalidade. O moderador do evento, Eduardo Vivas, salientou que, apesar de este ser um tema de âmbito nacional, o foco deste evento foi o de procurar objetivar a definição de

uma visão estratégia nacional para as Políticas da Água, tomando por base os problemas da região Norte, razão pela qual os contributos, sob a forma de entrevistas, foram obtidos a partir de especialistas desta região. Susana Neto e Eduardo Vivas agradeceram a participação dos oradores e dos entrevistados convidados e deram início às intervenções dos oradores.

José Pimenta Machado foi o primeiro orador da sessão que indicou a necessidade de abordar o tema das alterações climáticas como um dos desafios do futuro na Política da Água, contribuindo com secas, eventos extremos e erosão costeira, particularmente importante em Portugal com uma costa superior a 1000 km. Salientou, também, a grande diferença entre as disponibilidades hídricas a sul e a norte do rio Tejo e a importância dos Planos de Gestão de Secas elaborados pela APA. A temática das secas está a ser trabalhada em colaboração com Espanha, uma vez que mais de 50% dos recursos hídricos em Portugal provêm de Espanha. Relativamente ao tema da qualidade da água, a APA está a elaborar a 3ª geração de Planos de Gestão de Região Hidrográfica, verificando-se que, neste momento, 50% das bacias hidrográficas estão em bom estado. O Plano Nacional para a Reabilitação da Rede Hidrográfica corresponde a um plano ambicioso que inclui a reparação de 1000 km de linhas de águas, passagens hidráulicas, praias fluviais, entre outros, e será apresentado em breve. APA está, ainda, a terminar o Programa da Orla Costeira entre Caminha e Espinho, na região Norte, que possivelmente será levado à tutela em novembro de 2020. Estes programas resumem-se em três palavras: Prevenção, Proteção e Recuo planeado. Referiu, também, que no final de 2021 poderá ser apresentado o novo Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH-21) que aposta na modernização da interface com o utilizador. Por último, José Pimenta Machado, deixou uma nota sobre o modelo institucional atual, referindo que mesmo sem autonomia financeira, as ARH não perderam capacidade de atuar no terreno com completa autonomia técnica, realizando obras emblemáticas como o recuo planeado em São Bartolomeu do Mar. Adicionalmente, a APA permite integrar, articular e uniformizar todas as informações e a possibilidade de sinergias de articulação entre as ARH.

Jaime Melo Batista abordou a temática das Políticas da Água enquadrada na revisão do Plano Estratégico do Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030), correspondendo ao 5º Plano Estratégico do Setor. O PENSAARP 2030 apresenta os seguintes objetivos globais: eficácia dos serviços, eficiência dos serviços, sustentabilidade dos serviços, valorização ambiental e territorial dos serviços, valorização económica dos serviços e a valorização social dos serviços. Na sustentabilidade dos serviços, no que diz respeito à componente infraestrutural, salientou a mudança de paradigma com uma aposta crescente na reabilitação e renovação dos sistemas. A inclusão da gestão das águas pluviais é a grande novidade deste plano, o qual pretende diagnosticar os instrumentos estratégicos e referir um conjunto de medidas a implementar e respetivas ações, prioridades, responsabilidades, custos e fontes de financiamento e mecanismos de monitorização e governança do plano. Entre julho e agosto de 2020 realizaram-se nove eventos para consulta dos vários parceiros do setor, entre os quais a APRH. De seguida irão realizar-se dois inquéritos, o primeiro inquérito pretende avaliar o âmbito, contexto e objetivos considerados no plano e o segundo inquérito pretende avaliar a importância relativa e o nível de dificuldade de execução de cada medida e ação, permitindo estabelecer prioridades, nomeadamente a identificação de medidas *quick-win*, e planear recursos. Jaime Melo Batista salientou, ainda, a importância dos serviços do setor da água e o papel dos profissionais da água, apesar da pouca visibilidade.

### Entrevistas a Especialistas

Nas entrevistas aos especialistas convidados foram colocadas três questões:

- 1) Quais os aspetos mais relevantes que gostaria de ver considerados/aprofundados nos próximos anos e que medidas (de curto – 3 anos – e também de longo prazo – 10/15 anos), preconizaria ao nível da política da água em Portugal; como considera que esses aspetos e medidas poderiam constituir uma mais valia estratégica para o País?
- 2) Considera que para se atingirem esses objetivos (a curto e longo prazo), são necessárias alterações ao nível da estrutura legal, institucional e operacional no enquadramento da Gestão dos Recursos Hídricos atual?
- 3) No contexto da Política da Água na região Norte, existe algum desafio/sugestão que gostasse de ver mais aprofundado e debatido nesta sessão online da APRH?

Rodrigo Maia identificou cinco aspetos que considera uma mais valia estratégica para o País: 1) Conseguir uma efetiva gestão coordenada dos recursos hídricos entre Portugal e Espanha (medida de médio/longo-prazo); 2) Garantir um Sistema de Informação (público) dos Recursos Hídricos de base horária/diária, confiável e robusto (medida de curto-prazo); 3) Aprovar Planos de Gestão de Situações de Seca em todas as regiões hidrográficas (medida de curto-prazo); 4) Desenvolver Sistemas de Previsão e Alerta de Cheias e de Secas (medida de curto/médio-prazo); e 5) Potenciar a revisão da Convenção de Albufeira (medida de curto/médio-prazo). Ao nível institucional, Rodrigo Maia, referiu a necessidade de repensar e adequar o atual modelo a uma descentralização necessária e a uma melhor operacionalidade e proximidade local, tendo em conta a coordenação e integração com Espanha ao nível de cada região hidrográfica em termos operacionais. Referiu, ainda, a necessidade de reforço e reenquadramento do papel da CADC no âmbito da perspetivada revisão da Convenção de Albufeira.

Rodrigo Maia considerou oportuno debater, esclarecer e perspetivar o papel e intervenção da APA-ARHNorte em diferentes aspetos da gestão dos recursos hídricos, nomeadamente: na monitorização dos recursos hídricos, na gestão operacional de cheias e/ou secas, no funcionamento da CADC, ao nível da reabilitação fluvial e em termos de mobilização da participação pública.

Rui Cortes salientou o tema da requalificação fluvial em termos de renaturalização e melhoria das condições biofísicas e hidromorfológicas para se compaginar com a Lei da Água, nomeadamente em face às extensas áreas áridas e dos efeitos erosivos associados. Para Rui Cortes, a melhoria do estado dos ecossistemas aquáticos é um aspeto de curto, médio e longo prazo e, para tal, é necessário considerar um Plano Nacional de Remoção de Barragens. A nível institucional, referiu ser necessário uma automatização da área dos recursos hídricos na APA, uma vez que o modelo atual não permite alterações estratégicas e operacionais significativas.

Joaquim Poças Martins começou por salientar o patamar atingido no setor, sobretudo nos últimos anos, nomeadamente através da universalidade dos serviços de água e saneamento, do fornecimento de água segura e acessível para a maioria da população e de entidades gestoras que muito contribuem para o aumento do conhecimento e melhoria do setor. Relativamente aos temas que gostava de ver debatidos durante a sessão referiu o surgimento, recente, de manifestações públicas contra tarifas elevadas em comparação com os municípios contíguos, o elevado número de municípios em Portugal que são geridos com prejuízo há vários anos e a falta de financiamento para estratégias planeadas de recuo no contexto de alterações climáticas com a previsível subida da água do mar. No que diz respeito aos rios, Joaquim Poças Martins, colocou questões a três situações particularmente preocupantes: 1) Como gerir um sistema medianamente artificializado como o Mondego?; 2) Como gerir a escassa água do rio Tejo que vem de Espanha e a sua poluição?; 3) Será que Alqueva vai aguentar com o aumento do perímetro de rega e com pedidos de ligação do Alqueva a outras albufeiras? Por último, relativamente à região Norte, referiu que o abastecimento de água e poluição melhoraram muito nesta região nos últimos anos, mas gostava de ver discutida a solidariedade litoral-interior e a eventual agregação de sistemas municipais para melhorar os níveis de eficiência.

#### Debate

A sessão de debate, moderada por Eduardo Vivas, integrou um conjunto diversificado de temas, entre eles o “Plano de Requalificação dos Recursos Hídricos”, as “Tarifas dos Serviços de Águas”, as “Ineficiências do Setor da Água”, a “Articulação das Políticas Públicas com Outros Setores”, os “Desafios Futuros para as Políticas Públicas”, a “Transição Digital”, o “Recuo Planeado”, a “Escassez de Água”, os “Planos Hidrológicos”, entre outros.

Susana Neto realçou a importância de discutir as questões da água de forma abrangente, procurando responder, com uma perspetiva integrada, a questões relacionadas com o planeamento a curto, médio e longo prazo, com a evolução da escassez de água, com o acesso à água potável e com os efeitos da crise no acesso à água na Europa e em Portugal.

Jaime Melo Batista, abordou o PENSAARP 2030 (em elaboração), a transversalidade da água em diversos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a cooperação interministerial nas questões da água, a importância de monitorizar, rever, ajustar, adaptar e realinhar os instrumentos estratégicos (*p.ex.* PENSAARP 2030), a necessidade de promover uma transição digital sustentável considerando os diferentes patamares dos cerca de 300 operadores dos serviços de águas, o investimento no combate à ineficiência (*p.ex.*: perdas de água e energia), a falta de contabilidade analítica em diversas entidades do setor, a necessária gestão adequada dos recursos humanos das entidades gestoras (escassez, má distribuição, faixa etária distorcida) e a introdução de contratos-tipo para perdas, para energia e para ligações indevidas (em formato de outsourcing), que permitam trabalhar e disponibilizar instrumentos contratuais-tipo a operadores que não consigam responder de forma isolada.

José Pimenta Machado respondeu a diferentes questões colocadas, debatendo a Praia do Belinho, o Mondego, o Tejo, o Plano de Requalificação dos Recursos Hídricos da APA, o quadro de financiamento, entre outras. Sobre o Algarve, salientou o enorme desafio que se coloca e a necessidade de apostar na eficiência do consumo humano (municípios com bons indicadores de perdas e outros com bastantes problemas para resolver), na procura de novas origens de água (*p.ex.* reutilização para campos de golfe, dessalinização para sotavento e barlavento do Algarve, ligação do Pomarão ao Leito de Beliche – Guadiana, o Açude na Ribeira da Choupana, a Barragem do Funcho) e nas estratégias de melhoria da eficiência na utilização em fins agrícolas.

#### Encerramento

Susana Neto encerrou a sessão, agradecendo aos organizadores, aos oradores, aos entrevistados, ao secretariado e a todos os participantes, e dando nota que foram debatidos diferentes temas transversais da água, que mostram a dinâmica do setor e os passos da APRH no sentido da discussão da Política da Água em

Portugal.

#### Conteúdos

Gravação da Sessão:

Youtube: <https://youtu.be/4A5WihboCkc>

Facebook: [https://business.facebook.com/watch/live/?v=5211484575544132&ref=watch\\_permalink](https://business.facebook.com/watch/live/?v=5211484575544132&ref=watch_permalink)

#### Palavras-Chave

Água, Políticas Públicas, Futuro e Estratégia

#### Nota de Imprensa

Não aplicável.

#### Relatores

- Jorge Cardoso Gonçalves (APRH)
- Marta Cabral (IAHR Portugal YPN)